

ra, 33 anos, licenciado em Novas Tecnologias da Informação que nunca foi notificado. "Das 215 vagas na área de informática em Lisboa, apenas foram preenchidas 48. Parece que não houve vontade do governo de colocar toda a gente", acusa.

Segundo o ministério, a escassez de respostas aos 6 mil convites para estágios deveu-se à preferência dos candidatos por várias zonas do País, com grande concentração em Lisboa, Porto e Coimbra, e por determinados serviços do Estado. Acácio Moreira contesta: "Concorri para sete distritos, num total de 290 vagas". "Apenas 99 foram preenchidas", garante. Além disso, "o concurso esteve parado pelo menos metade do tempo desde o início da fase de notificações", acusa. Por seu lado, o ministério rejeita estas acusações: "Quando o candidato notificado para um estágio numa entidade promotora não aceitou ou não respondeu [a uma proposta de estágio] no prazo de 48 horas, o sistema informático procedeu, automaticamente, ao envio de notificação ao candidato seguinte".

O Bloco de Esquerda apresentou um requerimento ao Governo, que não teve ainda resposta, onde questiona o processo de selecção. O partido não vê justificação para que cerca de 23 mil candidatos tenham sido excluídos, quando ficaram por preencher cerca de metade das vagas disponibilizadas no concurso. "Houve falhas no sistema informático e agora o governo está a atirar a culpa para os candidatos", acusa o deputado Paulo Soeiro. Já o presidente do STE (Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado), Bettencourt Picanço, diz que a atitude do governo é "lamentável", assegurando que as razões da redução das vagas são "obviamente financeiras". Circula ainda uma petição para reiniciar o concurso.

P&R

Paulo Veiga Moura
Direito Administrativo
Coimbra

"É absurdo uma pós-graduação valer tanto como o doutoramento"

Os candidatos alegam que os critérios são redutores. A pós-graduação vale mais do que um mestrado e tanto como um doutoramento. O júri goza do direito de escolher os critérios, mas não pode violar os direitos de igualdade e justiça dos cidadãos. A experiência pode ser contabilizada, mas é absurdo uma pós-graduação valer tanto como um doutoramento.

Alguns candidatos não foram notificados das desistências de pessoas que estariam à sua frente? O candidato deve assegurar-se que o lugar seguinte seria dele e deve recorrer a tribunal.

As vagas para portadores de deficiência não foram previstas logo no início do concurso. É legal? Sim, é obrigatório por lei. O facto de não ter sido anunciado no início não invalida o cumprimento da lei.

Frente-a-frente

O governo está confiante na legalidade e adequação do sistema implementado, os candidatos não concordam, alegam terem sido prejudicados pelas inúmeras falhas e apelidam o concurso de "burocrático e incompetente"

A versão do governo

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

MUITAS NOTIFICAÇÕES
"Foram disponibilizadas 5 mil vagas. O número de candidatos seleccionados é o resultado das respostas a 24.600 notificações de propostas de estágio, dirigidas a um total de 6.939 candidatos individuais"

REDUÇÃO DE VAGAS

"A intervenção não correspondeu a qualquer corte efectivo das vagas, mas a uma reorientação das notificações"

SISTEMA COMPETENTE

"Os dados curriculares dos candidatos estiveram disponíveis on-line. A comprovação documental de requisitos apenas está prevista para o período posterior à divulgação da lista de candidatos seleccionados, I que apenas foi divulgada ontem"

A versão dos candidatos

CANDIDATOS

ACÇÕES

"Se tivessem sido notificadas 6 mil pessoas, as 5 mil vagas disponíveis teriam sido todas preenchidas! A maioria dos candidatos em lugares elegíveis não foram notificados"

NINGUÉM SOUBE

"O governo começou a reduzir vagas antes de publicar o despacho. As alterações de um concurso público têm de ser notificadas aos candidatos e ninguém foi informado"

INFORMAÇÕES FALSAS

"Esperam que a comprovação documental, que deveria ter sido feita antes da emissão da lista de candidatos colocados, venha a ser feita efectivamente"